



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE**

**PRESIDENTE: RUBINHO NUNES**

---

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/23  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 10-04-2023

**OBSERVAÇÕES:**

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito boa tarde a todos. Estão presentes a Vereadora Silvia da Bancada Feminista e Vereador Rubinho Nunes.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 7ª audiência pública de 2023, sendo a 4ª audiência ao PL 127/2023, do Executivo, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão do seu artigo 4º.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/), pelos canais da Câmara Municipal no YouTube e Facebook.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 3 de abril no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*; dia 5, no jornal *O Estado de S. Paulo*; e dia 6 de abril no jornal *Folha de S. Paulo*.

As inscrições para pronunciamento podem ser feitas junto à secretaria da comissão à nossa esquerda.

Foram convidados para esta audiência os Srs.: Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Eduardo de Castro, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Marcos Monteiro, Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; Aline Torres, Secretária Municipal de Cultura; Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito; João Siqueira de Farias; Secretária Municipal de Habitação; Carlos Alberto Bezerra, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; Álvaro Batista Camilo, Subprefeito da Sé; Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor Secretário, do Ministério Público do Estado de São Paulo; Florisvaldo Fiorentino Júnior, Defensor Público-Geral, Defensoria Pública-Geral.

Registro a presença do Sr. Antonio Mateus Buzunas, representando, neste ato, o Sr. Alexandre Modonezi. Registro a presença do Sr. Fernando Henrique Gasperini, Sra. Heliana

Lombardi Artigiani e da Sra. Patrícia Saran, representando, neste ato, o Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento. O Sr. André Luiz Martins dos Santos e Sra. Monica Hussein Nasser, representando, neste ato, o Secretário Municipal de Habitação. O Sr. Leonardo Zveibil, representando, neste ato, o Sr. Ricardo Teixeira, Secretário Municipal de Mobilidade e Trânsito.

Convido, agora, o representante do Poder Executivo para que faça o uso da palavra para suas considerações iniciais.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI** – Boa tarde a todos. Meu nome é Fernando Henrique Gasperini. Sou arquiteto da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

Estou com uma breve apresentação do projeto de lei.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

---

**O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI** – Esta apresentação tem essa estrutura de introdução, linha do tempo do processo participativo, um detalhamento do que foi a etapa final do processo participativo no Poder Executivo e as informações gerais do projeto de lei.

Esta revisão do Plano Diretor está prevista no Art. 4º do Plano Diretor. O Plano Diretor tem uma vigência de 15 anos, de 2014 a 2029, e tem a previsão de no meio do prazo de vigência do Plano Diretor ter uma revisão intermediária para aperfeiçoar a aplicação do plano. Então, não é um plano novo que estamos revisando agora. É o plano existente buscando melhorar a sua aplicação.

O processo de revisão ocorreu em três etapas buscando manter todos os objetivos e diretrizes do plano atual e, além do processo participativo, também é baseado em análises das equipes técnicas da Prefeitura de diversas secretarias.

Esta é uma linha do tempo do processo participativo que teve início ainda em 2021, que era o ano previsto no Plano Diretor para a realização da revisão e ele foi concluído, agora, em março de 2023.

Em cada etapa foram produzidos documentos técnicos, relatórios, diagnósticos para avaliar as propostas também encaminhadas no processo participativo. O processo participativo ocorreu com diversos canais de participação, através de consultas públicas pela internet, audiências públicas presenciais, reuniões com órgãos colegiados, conselhos.

A Etapa 3, Etapa final do processo participativo, recebemos cerca de 4.400 contribuições, que foram analisadas, propondo melhorias na primeira versão da minuta do projeto de lei. Os principais temas que apareceram, nesse slide temos os canais de participação, os dois principais foram o Formulário Online e o Participe+, que é a plataforma de consultas públicas da Prefeitura.

Esse slide mostra os principais artigos da minuta prévia, a primeira versão da minuta, que foram mais comentados. Os principais foram das áreas não computáveis nos eixos, a questão das vagas; um instrumento, cota de solidariedade; alterações dos fatores sociais e de planejamento e composição do CMTU.

Aqui é a mesma classificação, só que por temas. Então, o tema mais comentado, as áreas verdes e o Quadro 7, que é o Quadro do Plano Diretor que traz a lista dos parques previstos na Cidade; os eixos de estruturação da transformação urbana e sistema municipal de planejamento. Então, esse processo que teve início lá em 2021 e foi concluído em 2023, tem esse aprofundamento progressivo, onde foi definido o escopo da revisão baseado no diagnóstico. Foram feitas análises técnicas com debates entre as diversas secretarias, elaborada a primeira versão da minuta de Revisão do Plano Diretor até a revisão dessa minuta prévia nesse formato final, que possui 75 artigos, divididos em 12 capítulos.

Esse slide mostra qual é a estrutura da lei vigente do Plano Diretor, lei de 2014, com seus títulos e principais capítulos. Os três capítulos que têm mais elementos da revisão, a questão dos instrumentos urbanísticos, instrumentos de política urbana e gestão ambiental, as políticas e sistemas urbanos ambientais e o capítulo de gestão democrática.

Esse slide mostra quais são os assuntos presentes na minuta organizados na mesma estrutura da lei vigente do Plano Diretor. Então, onde tivemos o maior número de elementos de

revisão foi o Capítulo dos Instrumentos. Em segundo lugar, das Políticas Setoriais, as políticas de infraestrutura, saneamento, habitação e mobilidade.

Então, é isso. É só um panorama para podermos balizar as discussões. Agradeço a oportunidade de apresentação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado. Registro a presença dos Vereadores Coronel Salles e Sansão Pereira. Registro também a presença do Sr. Felipe da Silva Souza, representando a SMDET, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

Pergunto aos Vereadores se algum gostaria de fazer uso da palavra. Tem a palavra o Vereador Coronel Salles.

**O SR. CORONEL SALLES** – Com sua vênica, Presidente, só saudar a douta Mesa, a todos os presentes, dizer da alegria de podermos participar desse PDE, dessa revisão, para que possamos construir um Centro mais acessível, mais seguro e mais organizado.

Então, uma oportunidade espetacular que temos de discutir a nossa Cidade, em especial o Centro de São Paulo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereador. Quero agradecer e registrar a presença do Subprefeito, Coronel Camilo. Muito obrigado.

Passemos aos inscritos, lembrando que as inscrições podem ser feitas aqui à esquerda.

Chamo agora o Sr. Moacir Forte, da Rádio Integração.

**O SR. MOACIR FORTE** – Boa tarde a todos, componentes da Mesa, Coronel Camilo, Coronel Salles, grandes amigos; todos os presentes no auditório.

Estou representando a Rádio Integração FM 87,5 e a revista *O Guia Fiscal*, uma revista de centro de estudos de políticas públicas.

Como cidadão e como o mais velho presente, eu creio, porque comecei a trabalhar

em 1953, na Mesbla, na 24 de Maio. Em seguida, eu trabalhei no Banco da América, na Barão de Itapetininga, então conheço bem o centro de São Paulo, pergunto aos senhores da Prefeitura, autoridade máxima da Cidade, especialmente ao novo Subprefeito da Sé: Por que a Prefeitura quer transformar o centro da Cidade numa grande favela? Os senhores fazem festa da favela, dia da favela, museu da favela.

Hoje se fala de igualdade, e igualdade é tirar esse povo da favela passando-os para a civilização, com residência digna, com moradia digna e com emprego. Mas a Prefeitura faz o contrário disso, quer forçar que continuem favelados. É o programa “engana que eu gosto”.

Fiz um manifesto para entregar no Conseg do Centro e a nossa Presidente está transformando todas as reuniões em virtuais para não haver esse manifesto, onde listei 30 pontos do centro da Cidade e o qual quero passar às autoridades. O problema não é Cracolândia, não é assalto, não é roubo, não é nada, o problema é o Prefeito, que é omissor. As grandes questões públicas são as mais simples de serem resolvidas, mas resolvem quando querem.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Moacir. Se o senhor quiser deixar conosco o manifesto, será um prazer ter acesso.

Tem a palavra o Subprefeito Coronel Camilo para as suas considerações.

**O SR. CORONEL CAMILO** – Bom dia a todos.

Eu vou dividir em duas partes a minha fala. Primeiro, falo como um munícipe e a minha sugestão, corroborada pelo Coronel Salles, é que todos os ferros-velhos sejam retirados da área central da Cidade, que eles possam ser colocados em outras áreas, porque hoje eles estão sendo usados indevidamente, inclusive com muito problema para a nossa sociedade, virando inclusive ponto de interceptação e tráfico de drogas em alguns lugares.

Então, o nosso pedido como munícipe mesmo é para que seja repensado no nosso Plano Diretor para que não seja possível instalar ferros-velhos ou similares no centro de São Paulo. Isso pode ser feito de outra forma, organizadamente, em cooperativas, para a reciclagem, mas não do jeito que está hoje, que são locais abertos a receber qualquer tipo de material, e isso

está sendo um problema na região Centro.

Agora vou falar como Subprefeito. Agradeço ao Sr. Moacir pela contribuição. Precisamos da colaboração de todos vocês, o centro de São Paulo precisa de todos vocês. A gente assumiu dando continuidade ao trabalho que o Coronel Salles já vinha realizando e a nossa ideia é, em conjunto com o Sr. Prefeito, fazer um centro de São Paulo mais organizado. Quem puder se manifestar, faça-o, porque estamos levando muitas críticas por estar atuando, ordenando o centro da Cidade; e vamos continuar fazendo isso.

Nós fazemos isso pelas pessoas em situação de rua, que precisam de ajuda. Nós precisamos ajudá-los e uma forma de ajudá-los é fazer uma zeladoria para que eles não tenham que ficar naquela situação indigna em que eles estão hoje. E, segundo, ordenar a cidade.

Estamos com ações em vários locais – na Praça da Sé, na Praça do Patriarca, na nossa Paulista. E vai ser assim em toda a cidade. Conto com a colaboração de vocês.

A nossa ideia é melhorar e organizar o Centro. Isso não é um problema de agora, desta gestão, isso vem ao longo do tempo, e agora se decidiu fazer o enfrentamento, assim como o problema da Cracolândia. Peço a colaboração de todos.

A Subprefeitura da Sé está aberta para receber todos que queiram conversar sobre o assunto e que tenham sugestões. Estou recebendo todos da região central para discutirmos a questão e ver as melhores soluções.

Esse é o caminho que a Prefeitura de São Paulo está levando: acolhimento das pessoas e ordenamento da cidade.

Contem comigo. Espero a colaboração de todos.

Agradeço mais uma vez em nome de todos da equipe da Sé. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Subprefeito.

Quero, de antemão, parabenizá-lo pelo trabalho que vocês têm realizado na cidade, mas, principalmente, na região central, especialmente com relação aos usuários de drogas, à população em situação de rua. É um tema bastante complexo, mas eu tenho certeza de que a coragem que vocês têm tido, bem como a do Executivo, especialmente nas ações quanto a

barracas, internação, etc., tem sido vital para a segurança e para a melhoria da região central.

Também quero registrar que o Vereador Coronel Salles trouxe a demanda dos ferros velhos, à qual eu faço coro. É importantíssimo.

Eu já passei a demanda ao nosso Relator Rodrigo Goulart – cuja presença eu registro –, para que possamos adotar as medidas para que isso seja adotado.

Dando continuidade, convido o Sr. João Moreirão, da CPM – Conselho Participativo Municipal –, para que faça uso da palavra.

**O SR. JOÃO MOREIRÃO** – Boa tarde, Sr. Presidente da Comissão, Sra. Vereadora, Srs. Vereadores, Sr. Subprefeito.

Antes de eu colocar as questões que me trouxeram aqui, eu gostaria de corrigir uma injustiça que eu cometi involuntariamente.

A partir da consequência da exposição na última audiência pública, lá no CEU Rubi, eu quero dizer que eu tenho a maior consideração e reconheço a competência do corpo técnico da SMU, da Planurb, da Prefeitura, no geral; o que eu não reconheço como razoável é a direção política da Prefeitura. Eu sei que o corpo técnico, dentro dos limites éticos, é obrigado a fazer aquilo que a direção política determina; mas eu reconheço a competência. E, inclusive, os membros do corpo técnico que eu conheço, até como pessoas, são extremamente agradáveis de se conversar. Então, eu queria corrigir essa injustiça porque passei erradamente a ideia de que eu considerava todo mundo ruim, e não é verdade, eu só considero ruim o Prefeito.

Sr. Subprefeito, eu acabei de ouvir uma solução para o Centro que é a complicação da periferia: tirar os ferros velhos daqui e mandar para outros campos.

Isso não é solução, isso é empurrar o problema para longe, para onde não é tão visível.

Eu vejo a luta que está havendo, por exemplo, em Taipas, por causa de um esquema desse – de levar o pessoal da Cracolândia para lá.

Temos é que ter a solução. E a solução do Centro passa por emprego, e, inclusive, por tratamento – isso é sobejamente conhecido –, passa também por repressão ao crime; mas

passa por moradias. E o Plano Diretor atual é muito tímido no que se refere à moradia popular. E o PL da revisão piora – eu me dei ao trabalho de estudar e comparar artigo por artigo. Piora. E piora muito.

Com esse PL aprovado, a política de moradia popular, que inclui o Centro, onde a questão é mais grave na cidade – aqui e nas favelas, nos extremos – será entregue às incorporadoras e às construtoras, seja por causa da desgraça dos eixos, que já estão dando problema e vai piorar, seja com PPPs, onde o povo que precisa vai ser excluído – porque as PPPs têm condições de contrato iguais às aquelas de qualquer pessoa da classe média que compra um apartamento.

Então, esse é o grave problema que tem esse PL. Esse é um problema que tem no PDE, inclusive, decorrente da política de estruturação que, independente da ideia utópica que se tinha lá na época, foi muito ruim porque, evidentemente, só podia dar errado, porque pressupunha que as incorporadoras teriam garantido um compromisso social – ideia, no mínimo, de maluco. O que foi que aconteceu? Não tiveram. Então, nós não temos moradia popular nos eixos, e a moradia popular nas periferias está entregue às PPPs,

No PL, os artigos que se referem a essa área: não está que vai ter que fazer regularização, urbanização, onde é possível, que vai ter moradia popular. Está que, preferencialmente, prioritariamente, pode – não diz deve. Ora, numa lei, preferencialmente, prioritariamente e pode é para enganar quem lei, porque, evidentemente, pode e não pode; pode ser preferencial e pode não ser; essa é a questão.

Acho que esse é um grande problema, associado à questão dos eixos que precisa ser corrigida. É um grande problema que o PL tem e que o PDE tem, e o PL agrava. Eu gostaria de chamar a atenção.

E, por último, em trinta segundos, para concluir, um apelo: Srs. Vereadores, ninguém elegeu o Prefeito, mas os senhores foram eleitos pelo povo. Eu peço aos senhores que tenham a alma aberta e atenção para as necessidades do povo que os elegeu.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado.

Convido, agora, o Sr. Marconi Moraes, do Pró Centro, para que faça uso da palavra.

**O SR. MARCONI MORAES** – Olá, boa tarde a todos.

Meu nome é Marconi Moraes. Sou Presidente do Pró Centro. Boa tarde, Vereadora Silvia, Vereadores Simão e Rubinho, Coronel Salles, Rodrigo Goulart – é um prazer encontrar -, Coronel Camilo, Rodolfo, João, nosso amigo Orlando Paixão que não nos abandonou, mas não nos deixou, continua com a gente no centro, seja bem-vindo.

Vou ser bem breve na minha fala: acho que a discussão do Plano Diretor é bastante extensa.

Apresentando-me, de novo, meu nome é Marconi Moraes, sou do Pró Centro, uma associação recém-criada no CNPJ, temos pouco mais de um ano, mas já atua no centro há cinco ou seis anos. Sou um dos administradores da Galeria do Rock. Os membros do Pró Centro representam a rede hoteleira, bares e restaurantes do centro.

O ponto que é importante para chamar a atenção é que o Plano Diretor tem uma discussão bastante extensa, mas gostaria de trazer alguns pontos chaves: a revisão das calçadas – a gente sabe que, desde 1974, houve uma evasão de comércio e moradia para a região das calçadas, com fechamento para acesso de carros.

Recentemente, fui a convite para Buenos Aires, para saber como estão estruturando a questão do lixo e da segurança pública. As câmeras que ainda estão paradas no TCM, há quase cinco meses que não temos respostas. É importante pressionar o Presidente Tuma para que ele libere isso. E esses acessos às calçadas compartilhadas na Argentina – conversei com o pessoal que trabalha na Prefeitura, no Distrito, como eles falam – convivem bem, harmonicamente, dando acesso, principalmente, a transporte público e transporte coletivo, taxi, Uber, que antes não tinha acessibilidade. Hoje é, praticamente, impossível uma pessoa que mora na Barão de Itapetininga ou na Álvares Penteado, provavelmente, onde vai ter um empreendimento, como é que essa pessoa vai chegar com uma mudança; como uma senhora vai conseguir chegar de carro lá? Impossível, não tem como fazer esse acesso. E a gente sabe

que a qualidade das calçadas não está tão boa.

Além de chamar a atenção para isso, queria chamar a atenção, também, para os bens tombados. Hoje, a gente sabe a burocracia; sabe que é proibitivo fazer qualquer tipo de ação nesse sentido; a gente ainda tem uma grande dificuldade, Sílvia, de interpretação de lei, principalmente, com relação à regularização de imóveis; e, por exemplo, existe um caso de galerias estarem num limbo jurídico no centro da cidade de São Paulo. Estamos até conversando bastante com o Coronel Salles e o Vereador Rodrigo Goulart também, para que a gente consiga regularizar esses imóveis através de uma lei, porque hoje ele não é *shopping center* nem galeria. Esse é o caso específico de centros comerciais e galerias no Centro de São Paulo, mas se a gente for falar dos bens tombados em relação à AVCB, AVS, enfim, acho que o Plano Diretor vai ajudar muito, vai contribuir nisso. A gente tem uma série de colaborações para poder passar para vocês, depois. A gente está elaborando um documento que, como falei, é muito extenso e ainda vale uma série de estudos que a gente precisa validar para poder passar o material para vocês com mais preparo.

Enfim, deixo a minha fala, pois já me estendi no tempo. Estaremos, senão eu, outros diretores do Pró Centro, nessas reuniões. A gente vai trazendo as colaborações aos poucos, mas a gente compartilha o documento com vocês, posteriormente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Marcone. Agradeço a presença. Sr. Marcone, se você puder encaminhar para esta presidência o documento com as sugestões, eu faço questão de encaminhar aos demais Vereadores. Agradeço a contribuição. Obrigado.

Convido, agora, o Sr. Rogério Alves, da Câmara Municipal de São Paulo.

**O SR. ROGÉRIO ALVES** – Boa tarde.

Antes de começar a minha fala, eu queria fazer um apelo, principalmente para a Vereadora Sílvia. Eu tenho visto muitos fóruns de esquerda lá demonizando o ensino técnico, justamente por causa da revisão do ensino médio e, assim, a gente tem um ensino técnico aqui

que é maravilhoso. Eu fiz Senai, o Lula fez Senai. Então, é maravilhoso. Por isso acho que precisa tomar esse cuidado, porque tem alguns fóruns de esquerda que estão demonizando o ensino técnico. Passo para a senhora os fóruns que eu já vi lá. Por favor, me ajude nessa luta pelo ensino técnico.

Voltando para a revisão do Plano Diretor, falar do Centro é principalmente falar de habitação e tem alguns problemas graves aqui no Centro, já históricos. Na feitura do Plano Diretor, eu já estava na Câmara Municipal, briguei muito com o Nabil Bonduki para a gente tentar fazer coeficientes diferentes aqui em relação à periferia. Por quê? Porque a conta não fecha. Não importa se é o Poder Público ou o privado que vai fazer. Quando se pega uma ZEIS e faz quatro vezes a área, vezes dois, aqui; pega na periferia, faz quatro vezes a área, igual; e o preço que tem que vender de HIS é o mesmo, aqui e lá, só vai fechar a conta lá na periferia. Não vai fechar a conta aqui no Centro. Então precisaria ter algum incentivo aqui para majorar esses valores e diferenciar as ZEISs do Centro das da periferia. Não dá para ter valor igual para os dois.

Essa é a primeira observação. A segunda é em relação à Lei do Retrofit. Ela foi um avanço grande, agora nesta gestão. Eles aprovaram uma lei já bem interessante, só que tem algumas dificuldades nela, principalmente em relação a alguns dispositivos que precisariam estar no Plano Diretor para poder viabilizar tanto ela, para poder fazer a mudança de uso mais fácil e habitações maiores, por exemplo, um mercado interessante poderia fazer. Habitações de maior valor venal diminui a gentrificação, a expulsão de pessoas do Centro.

Então se pegassem esses prédios, que estão abandonados, em vez de fazer habitação popular fizesse habitação de alto padrão, os estudos todos mostram que isso melhoraria a região, porque se criaria uma dinâmica toda de valores no Centro que valorizaria mais e seria mais fácil até fazer habitação popular se tivesse esse mecanismo.

As duas observações são essas. No Plano Diretor, acho que seria interessante a gente rever os valores das ZEISs no Centro e esses dispositivos que seriam interessantes a gente adicionar. Eu tenho alguns já prontos para a gente colocar no Plano Diretor, para poder

viabilizar o *Retrofit*, que hoje ainda está com algumas dificuldades de ser implantado.

É isso. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Rogério.

Convido, agora, o Sr. Alex Barcellos, do Movimento Periférico.

**O SR. ALEX BARCELLOS** – Boa tarde a todes e também a todes da Mesa.

Meu nome é Alex Barcellos e eu sou covereador da mandata Quilombo Periférico. A Elaine também deixa boa tarde a todes da Mesa.

A gente vem aqui destacar uma das falas superimportantes sobre a revisão do Plano Diretor, hoje no Centro, até tendo um público, mas a gente vem falar sobre o processo participativo popular, o quanto é importante. A gente tentou aumentar o número de audiências, a gente sabe que foi adequado, mas o quanto que seria superimportante continuar insistindo em audiências públicas participativas mais descentralizadas, mais nos territórios periféricos o quanto possível. Até porque as demandas são gigantescas e a discussão ainda está longe de ser debatida dentro desses territórios.

Uma das pautas que trazemos, superimportante na revisão do Plano Diretor, é a questão das enchentes. Nós sabemos o quanto as obras executadas melhoraram a qualidade do Centro no aspecto das enchentes, mas também que o fundão da periferia como a Cidade Tiradentes, Guaianases e tantos outros lugares ainda necessitam de uma atenção maior por parte do Executivo. Agora há uma chance de o Legislativo fazer a sua parte, levando a questão do Plano Diretor para esses lugares, para a gente começar a discutir com mais objetividade e com mais harmonia o que está faltando na periferia para resolver o problema que está sendo vivenciado já há mais de 30, 40 anos.

Nós tivemos casos, neste ano, que foram super desagradáveis acontecendo, em lugares onde, infelizmente, o processo de mapeamento, fiscalização, monitoramento da Prefeitura não conseguiu, não só identificar como também não se antecipou para que a população fosse avisada. Também não houve qualquer processo beneficiando essas pessoas, que nunca são assistidas, com um plano ou mesmo com uma proposta para elas saírem desses

locais. Muitas pessoas estão ali porque não têm outra moradia. Infelizmente, não há avanço nessa pauta.

Outro assunto do Plano Diretor que nós falamos são os Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem. Uma TICP foi instituída na região do Perus, através de um movimento importante feito com o pessoal do Quilombaque, onde a gente tem um espaço de conquista, mas, infelizmente, não andou, não avançou muito. Há uma no Centro, na região da Luz, que também estava dentro do Plano Diretor. A TICP é um debate importante para a gente defender a produção cultural das instituições, das atividades dos elementos urbanos, materiais e imateriais que são significativos para a memória e identidade da cidade. É importante conseguirmos avançar nesse debate, levando também para outros territórios periféricos.

É o que eu queria deixar com vocês.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado. Passo a palavra para o Vereador Coronel Salles.

**O SR. CORONEL SALLES** – Nós só temos uma TICP funcionando hoje, é só essa de Perus?

**O SR. ALEX BARCELLOS** – É. A do Centro não avançou.

**O SR. CORONEL SALLES** – Não avançou.

**O SR. ALEX BARCELLOS** – E a de Perus por mais que tenha todo um histórico...

**O SR. CORONEL SALLES** – É isso?

**O SR. ALEX BARCELLOS** – É isso. Precisa de recurso para a gente ter um avanço...

**O SR. CORONEL SALLES** – Tinha uma funcionando ou tem mais de uma?

**O SR. ALEX BARCELLOS** – Não, não. Não tem nenhuma funcionando. Precisa de recurso, de regulamentação. Ela só foi instituída.

**O SR. CORONEL SALLES** – Eu ouvi só essa, foi uma demanda que veio na Comissão de Educação também.

**O SR. ALEX BARCELLOS** – Também veio. Exatamente.

**O SR. CORONEL SALLES** – Foi. É uma coisa que a gente tem de olhar com uma atenção especial. Só isso, Presidente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado Vereador, obrigado, Sr. Alex. Convido agora o Sr. Fabio Redondo Negreira, da Rede Hoteleira.

**O SR. FABIO REDONDO NEGREIRA** – Boa tarde a todos.

Sou o Fabio, tenho uma rede de hotéis em São Paulo e sou vice-presidente do Pró Centro. Assim como no PIU que nós participamos, consideramos que o PDE é uma lei bem complexa que abrange vários assuntos.

Alguns pontos que a gente tem consideração são quanto aos bens tombados que não conseguiram avançar no PIU, a questão do Recap, da TDC para que os bens tombados, a cada 10 anos, possam aplicar novamente para tentar obter o recurso da TDC. Está judicializado, mas seria importante se a gente pudesse avançar isso em relação ao PDE.

Em relação ao Centro de São Paulo é importante salientar que historicamente sempre foi um local de trabalho, de renda e de geração de emprego para as pessoas. A gente não pode esquecer que aqui estão as principais ruas comerciais que abastecem quase o Brasil inteiro.

A gente precisa ter foco para que a moradia não comece a disputar espaço com o emprego. Temos de tentar trabalhar as duas coisas.

Acho que, como foi dito, devemos pensar no *retrofit*, no reuso dos edifícios, na mudança de uso e em facilitar essas legislações, pois, hoje, realmente, é muito difícil você conseguir adaptar um prédio para mudança de uso, principalmente se ele for tombado. Então, devemos tentar avançar em algumas quebras de gabarito, em algumas alterações de volumetria, pois todas elas estão congeladas. Para se ter uma ideia, aproximadamente dois mil prédios tombados estão entre Sé e República, distrito novo e distrito antigo. Se não pensarmos em alguma legislação específica para esses bens, eles vão continuar degradando a região, dificultando. Aí, nada avança, seja para moradia, seja para o comércio.

Então, no Plano Diretor, precisamos avançar um pouco. O PIU avançou. O *retrofit*

avançou, mas, em relação aos bens tombados, não avançou tanto. Precisamos ter um foco para que eles possam ser readequados. Alguns deles, infelizmente, não têm vocação para ser moradia, porque eles são muito pequenos. Não são adaptáveis para moradia. Eles precisam ter outros usos.

Obviamente, trazer a moradia para cá é importante, mas a diversidade também é importante. O Centro sempre foi diverso. Nele sempre coube desde a pessoa mais simples até a pessoa com poder aquisitivo maior. Não podemos acabar com essa diversidade, colocando o foco em apenas um uso. Precisamos continuar da diversidade.

Então, se puder haver alguma contribuição, depois vamos preparar o documento pelo Pró Centro, mais detalhado, mas esses são os principais focos que temos, de sugestão.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Sr. Fábio. Convido, agora, a Sra. Wellyene Bravo, do Conselho Participativo.

**A SRA. WELLYENE GOMES BRAVO** – Boa tarde, Srs. Vereadores. Boa tarde, munícipes presentes.

Meu nome é Wellyene. Eu sou conselheira no Conselho Participativo do Campo Limpo, mas também sou representante do Conselho Municipal de Políticas Urbanas, que fez a primeira fase dessa discussão, da revisão do Plano Diretor.

Quer dizer, deveria ter feito um processo participativo. Foi o processo participativo que deixou a desejar. Não tivemos em nenhuma das nossas audiências o número de participantes que há nesta reunião. Quero deixar isso bem registrado. Inclusive, a pouca participação, a pouca contribuição que houve por parte dos Munícipes não foi incorporada nessa minuta que foi encaminhada para a Câmara Municipal, onde temos a nossa representação diretamente eleita pelos munícipes.

Temos aqui seis representantes da Casa. É uma Casa que tem saído em todas as pesquisas da Rede Nossa São Paulo como uma Casa que não dá ouvidos, como deveria dar, às necessidades dos seus munícipes, depois que são eleitos. Então, eu peço muito que os

senhores analisem as contribuições que já vieram desse processo executivo e que não foram incorporadas, como essa questão do Fundurb.

Várias vezes, dissemos que o Fundurb foi um fundo criado com o objetivo de reduzirmos as questões de déficit habitacional da nossa cidade. Esses recursos estão sendo utilizados e desviados de sua finalidade. Recentemente, infelizmente, o nosso Prefeito Ricardo Nunes encaminhou projeto para esta Câmara, ainda querendo incorporar na utilização dos recursos do Fundurb a questão da pavimentação.

Eu peço aos Srs. Vereadores que escutem a demanda da população, pois, se vieram aqui a pé ou mesmo de carro, bastava olhar pelas janelas para ver como estamos com uma questão de déficit habitacional e social muito grande na nossa cidade. A questão de zeladoria eu não vou nem comentar, porque nem cabe no Plano Diretor, mas as outras questões, como moradia e questões de mobilidade e de equipamentos públicos, estão muito bem incorporadas dentro do Plano Diretor. Eu peço que os senhores olhem as demandas já trazidas nessa primeira fase, que foram poucas, insuficientes, mas, na verdade, tudo o que a população pediu, ali, com seu olhar para o território, não foi incorporado nessa minuta. Então, eu peço que olhem.

A habitação é prioridade na nossa cidade. Sem habitação você não tem dignidade, não tem absolutamente nada. O que você tem é voto de cabresto, para que vereador, na época de eleição, vá fazer escadinha, vá fazer alguma coisa no cantinho ali e acolá e receber votos para estar nos representando aqui nessa Câmara de representação da sociedade civil.

Peço que vocês olhem para a nossa necessidade: moradia, dignidade, educação e saúde para população do entorno do Centro e toda a periferia.

Digo mais: o Prefeito Ricardo Nunes, no PPA de 2022/2024, colocou que o orçamento da cidade deve ser direcionado conforme o grau de vulnerabilidade. Essa proposta feita pelo Executivo, aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo e sancionada pelo Prefeito Ricardo Nunes também não está acontecendo.

Se vocês olharem o orçamento de 2024/2023 vão verificar que as subprefeituras praticamente receberam o orçamento igual, independentemente do número de habitantes e da

extensão territorial. O Plano Diretor faz uma vinculação com o PPA, com planos regionais e com a Lei de Orçamento.

Então peço que vocês observem isso. Senão não tem por que estarmos aqui, mais uma vez contribuindo, fazendo de conta que estamos no processo de gestão democrática da cidade. A gente fala, a gente coloca, a gente caminha por todo esse espaço. Chega até aqui, vocês olham para nós com essa atenção.

Agradeço demais a atenção de vocês, olhando e prestando atenção ao que estou falando, mas na hora da lei, nada é incorporado. Gestão democrática da cidade é incorporar os pedidos da população, quando é feita uma audiência pública como essa e como foi feita pelo Executivo. No Executivo não aconteceu.

Espero demais que aqui, na Câmara, a nossa representação seja direta, que vocês nos escutem e incorporem o Fundurb e a habitação.

É isso. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sra. Wellyene.

Não havendo mais inscritos, passo a palavra à Vereadora Silva da Bancada Feminista.

**A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA** – Boa noite a todas, todos e todes.

Cumprimento toda a mesa meus colegas, Subprefeito da Sé Coronel Camilo e representantes do Executivo.

Primeiro, quero responder ao Rogério, que falou sobre a questão do ensino médio. Eu estudei no Colégio Técnico da Unicamp, fiz colégio técnico integral, e o que nós estamos criticando - sei que não é tema da audiência, mas como você fez uma provocação - o que nós estamos criticando é a reforma do ensino médio que fez com que o ensino médio passasse a ter itinerários informativos, ao invés das matérias, das disciplinas. Na verdade, é uma crítica à reforma do ensino médio, mas não tem nada a ver com uma crítica ao ensino técnico. Pelo contrário, eu defendo ensino técnico integral de qualidade e a prova disso é exatamente que estamos em uma Etec, com uma estrutura boa e com cursos excelentes. Então não sei onde

—  
você viu essa informação aí, mas não procede, depois você me passa.

Segunda questão é a seguinte: eu morei aqui bem pertinho. Aliás, aqui é minha zona eleitoral, voto nessa escola, Etec Santa Ifigênia. Morei por cinco anos na esquina da Duque de Caxias com a Rio Branco, de 2014 a 2019, cinco anos. Depois, morei mais três anos no Bom Retiro e, atualmente, moro no Brás. E, nesses anos que morei, principalmente ali na chamada na região da Cracolândia, vi muita coisa se modificando, algumas para melhor e outras para pior. Mas, eu vou chegar nelas daqui a pouco, que é todo o tema aqui do Centro, que envolve a questão da Cracolândia e a questão da população em situação de rua.

Quero começar falando sobre a questão da moradia no Centro. Nós temos hoje, na cidade São Paulo, um levantamento da própria Prefeitura, 1750 imóveis vazios. Desses, 666 estão no Centro da cidade e a maioria deles abandonados. Se nós queremos ocupar o Centro - e nós queremos ocupar o Centro com a população em que, inclusive, muitos já moram aqui no Centro -, é preciso uma política com cuidado especial para que esses prédios abandonados, que geralmente estão devendo dívidas imensas, impagáveis de IPTU, e mais não sei quantos impostos, que não pagam há dezenas e dezenas de anos, que esses imóveis cumpram a sua função social, previsto no Estatuto da Cidade.

O Presidente aqui da Comissão de Política Urbana sabe, o Estatuto da Cidade prevê que quando o imóvel não cumpre a sua função social, ele é passível de desapropriação, para que ele passe a cumprir a sua função social. E é isso que nós queremos que aconteça no Centro, que esses imóveis que estão abandonados sejam reformados e possam servir à moradia social HIS 1, HIS 2, porque existe uma população que já mora no Centro, mora em condições precárias ou então é população em situação de rua.

Nós também achamos que barraca não é casa, mas nós somos contra retirar barraca da população em situação de rua. O Coronel Camilo sabe, porque eu falo isso na Câmara, não ia deixar de falar isso aqui na frente dele. Nós somos contra a política da Prefeitura de retirar barracas da população em situação de rua, porque existem lugares onde essa população pode morar, e não é abrigo que ela vai lá só de noite, passa uma noite, e quando são 7 horas da

manhã ela é expulsa, não, é um lugar para ela morar com dignidade.

Esses prédios todos que estão abandonados, que são passíveis de desapropriação, podem servir de moradia social, seja HIS 1, seja locação social. Um coletivo, em 2017, fez esse documento aqui, que é o Mundaréu da Luz, chama-se Campos Elíseos Vivo. Eles mapearam todos esses imóveis, deram uma alternativa para o Centro de São Paulo, para essa região dos Campos Elíseos e o que foi feito com essa contribuição de um movimento social, de um movimento de arquitetos, mas também que se juntaram com a população local, fizeram um trabalho bellissimo, não foi utilizado.

O que foi feito também com programas de saúde e programas sociais que tiveram já no centro da cidade, como foi o programa De Braços Abertos, que conseguiu fazer com que de cada cinco usuários de *crack*, três deixassem o vício, conseguiu fazer com que 88% dos usuários diminuíssem o consumo de drogas. O Programa De Braços Abertos, que foi interrompido quando Doria ganhou a Prefeitura de São Paulo e aí a gente viu que foi de mal a pior.

Hoje estamos vendo uma situação degradante, porque não tem política social, não tem política de saúde, só tem política de criminalização. Então, o que nós precisamos no centro de São Paulo é primeiro, que os imóveis que estão ociosos sejam aproveitados para moradia, não só para moradia, concordo, o centro tem que ser diverso, que sejam aproveitados para equipamentos culturais, que sejam aproveitados para o comércio, mas que sejam aproveitados, não podem ficar abandonados esperando a especulação imobiliária ficar se aproveitando de Imóveis e terrenos vazios para depois especular e fazer apartamentos de alto padrão, ou de estúdios para virar Airbnb. Não é isso que a gente quer para o centro da cidade.

Outra coisa, as ZEIS, só tem uma ZEI aqui que tem conselho gestor, as demais não têm, precisa ter conselho gestor de ZEIS, precisa ter participação popular nas decisões que acontecem no centro. O PIU Central que foi aprovado na Câmara, no ano passado, é um PIU que é rodoviarista, não fala sobre, por exemplo, a quantidade de HIS que o centro da cidade precisa. Então, a gente precisa fazer política urbanística vinculada com as questões sociais e não apenas urbanismo tecnicista, urbanismo que não coloca as pessoas no centro do olhar. Nós

precisamos olhar para as pessoas que estão aqui na cidade, que estão aqui no centro da cidade e nós não queremos que essas pessoas sejam expulsas daqui. A gente quer que elas sejam moradoras, porque elas já moram aqui, o que elas precisam é de dignidade. Dignidade inclui: moradia, educação, saúde e equipamentos públicos de cultura. Nós queremos o Centro vivo e para isso a gente precisa de pessoas vivas, com saúde e dignidade.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) –** Muito bem.

Agora, com a palavra, o nosso relator, Vereador Rodrigo Goulart. Por favor.

**O SR. RODRIGO GOULART –** Boa tarde a todas e a todos.

Quero agradecer, cumprimentar a Mesa e, em nome da nossa Vereadora Silvia, cumprimentar todo o Legislativo. Em nome do nosso Coronel Camilo, quero cumprimentar também o Executivo e os representantes da Secretaria, assim como agradecer a presença em mais esta audiência. Cumprimento todos os presentes, em nome do Pró Centro, uma entidade muito participativa e, muito mais do que participativa, propositiva. Acho que todas as entidades deveriam se espelhar em entidades como a Pró Centro, que participam e participaram muito em importantes projetos para a cidade e, em especial, com a gente, da construção do PIU Central. É muito importante que outras entidades se espelhem e tragam não só críticas, mas também suas propostas. Então, quero parabenizar e, em nome deles, cumprimentar todos os participantes.

Quero agradecer mais uma vez a confiança que me foi dada em relatar esse importante projeto da cidade, essa lei que tem vida útil de 15 anos. Estamos agora no meio dela e nessa incumbência de fazer a sua revisão intermediária. Nós não iremos reinventar uma lei ou refazer a lei. Nós temos que alterar o que realmente precisa, o que não deu certo dessa lei de 2014 ou o que precisa ser adaptado à nova realidade que nós temos na nossa cidade, com 9 anos de validade dessa lei atual, vigente.

Mais especialmente, no caso do Centro, nós estamos agora na nossa terceira audiência pública da Comissão de Política Urbana. Fizemos já a primeira regional no sul da zona

Sul, mais duas temáticas que nós já tivemos; agora a quarta audiência, a segunda regional, aqui no Centro. Fazemos questão de ir a todos as regiões da cidade e teremos ainda, além das 23 diretamente da Comissão de Política Urbana, mais 25 audiências em conjunto com as demais comissões; e possivelmente passaremos em mais audiências aqui no Centro, fora todas as outras que já acontecem no Centro, na Câmara Municipal, as temáticas e as gerais.

Temos uma legislação específica do Centro, o PIU Central, que teve participação muito grande também. Da mesma forma que o Executivo já fez essa participação, garantiu a participação popular, nós estamos fazendo aqui também na Câmara Municipal, com essas 48 audiências públicas. Eu tenho me espelhado muito no trabalho de dois ex-Comandantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a glorioso Polícia Militar: o Salles, aqui como ex-Subprefeito da Sé, e agora o Coronel Camilo. Com a experiência que eles têm junto à corporação, mas principalmente à frente da Sé, eu tenho conversado bastante com eles, visto o que a gente pode e o que precisa ser feito aqui no Centro. Depois dessa experiência, eu tive também à frente desse trabalho do PIU Central com todos os demais Vereadores. Acho que foi um projeto muito aprimorado na Câmara – não só pelo Executivo, mas na Câmara. Nas nossas discussões na Comissão e no Plenário, nós avançamos bastante.

A gente sabe que da teoria para a prática a distância é muito grande. A gente tem tentado fazer e buscado junto ao Executivo esse – acho que a gente pode chamar assim – equilíbrio. Porque não adianta a gente só levar moradia onde tem emprego, só levar emprego onde tem moradia. Existe um equilíbrio. Muitas pessoas acabam escolhendo um lugar para morar não só porque é perto do emprego, são vários outros os fatores que levam a pessoa a escolher o lugar para morar. E muitas das pessoas também não querem morar do lado do emprego, querem ter uma vida diferente do emprego.

Então, esse é um dos papéis que nós teremos aqui agora também nessa revisão intermediária do PDE e muito especial no Centro. A gente sabe que os problemas de moradia aqui no Centro, não só Habitação de Interesse Social – não é, Silvia? -, mas as demais oportunidades de moradia aqui no Centro precisam avançar bastante. A gente tem buscado isso.

Há o Programa Pode Entrar agora, que o Prefeito Ricardo Nunes tem capitaneado. É um programa que vai revolucionar a questão das moradias. O Secretário João Farias tem tocado, com muita competência, junto com todos os seus colaboradores. Vai avançar bastante. A gente tem que encontrar esse equilíbrio entre moradia e emprego, porque a oferta de emprego e renda também é fundamental. Nós sabemos a transformação que principalmente os polos de pequenos serviços levam, como atração de emprego e renda em qualquer região da cidade.

Principalmente nas periferias, onde há a maioria da população morando, por mais que a gente leve estrutura de mobilidade, sejam corredores, sejam estações de média e alta capacidade, a gente sabe que infelizmente a gente precisa levar também o emprego, pelo menos um pouco mais próximo dessas pessoas.

Só para não perder a oportunidade aqui da notícia de hoje à tarde, a Prefeitura terá um grande programa de incentivo tributário. Na verdade, é incentivo para o pagamento da dívida tributária nas regiões aqui do centro, principalmente na região do centro histórico, como se fosse - mas não é esse o nome que será dado a esse programa - um PPI, que a gente está acostumado a fazer, na Câmara, principalmente para o eixo do centro histórico e para algumas atividades específicas, como um incentivo principalmente para as atividades que mais foram afetadas aí pela pandemia.

Então, é mais uma demonstração do quanto que nós aqui, do Poder Público, não só o Legislativo, mas principalmente o Executivo, temos dado como importância aqui para o centro, não só a Prefeitura, como também o Governo do Estado. O Governador Tarcísio reafirmou o seu compromisso, de iniciar esse projeto da transferência do Palácio dos Bandeirantes para o centro, de diversos serviços do Governo do Estado aqui para o centro.

Então, estamos todos com a mesma incumbência, a mesma responsabilidade; e não tenho dúvida que não será diferente aqui nessa minha relatoria, que tenho construído com cada um dos Vereadores da Comissão de Política Urbana, mas também com o nosso sub-relator aqui, pela Comissão de Educação, o Coronel Salles. Com toda sua experiência, nós trataremos aqui de bem tombado, a questão dos roubos de fios e cabos, a questão principalmente dos ferros

velhos, desmanches.

Desde a primeira conversa que eu tive com o Salles, ele na sub da Sé, a gente já estava falando disso. E agora aqui, na Câmara, a gente tem tentado tratar inclusive, no PDE, a questão do funcionamento desses ferros velhos, para ver se a gente consegue já trazer, na lei, uma especificação sobre esse tipo de atividade, seja como carga de incêndio ou qualquer outra especificação técnica que a gente possa fazer, porque a gente sabe que infelizmente parte dessa receptação do que é roubado ou do que é furtado está nesse tipo de atividade, e infelizmente há os que funcionam de forma ilegal.

Mas anotei aqui as contribuições dos que participaram também e tenho certeza de que a gente levará isso sim, em consideração, porque senão a gente não estaria aqui nem fazendo vocês gastarem o tempo e muito menos o nosso aqui, porque a gente tem muitas atividades também. Então, a gente acredita sim no bom serviço e no bom trabalho dos que são eleitos, mas também a gente confia em toda a colaboração aqui técnica que tem sido feito a cada um dos mandatos. Isso tem sido com os funcionários de carreira não só da Prefeitura, mas também da Câmara, a quem a gente confia e dá muito valor também nesse competente trabalho de cada um deles.

Está bom, pessoal, muito obrigado. Parabéns pela participação de todos e até a próxima oportunidade, porque agora a gente se encontra em audiência pública quase todo dia.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Tem a palavra o nobre Vereador Coronel Salles.

**O SR. CORONEL SALLES** – Muito obrigado, Presidente. Falo da alegria de estar aqui. A gente está mais para ouvir do que para falar, mas é importante que a gente também coloque outras posições. O regime democrático nos impõe essa possibilidade: de ouvirmos e também falarmos. Ninguém é o dono da verdade plena. Então, existem olhares, visões de mundo e opiniões, e aqui nós estamos para também expressar.

A preocupação que o nosso relator, Vereador Rodrigo Goulart, falou com relação ao

Centro, dados fundamentais com relação aos bens tombados e, por vezes, é um problema gigantesco que consigamos, vou dar um exemplo: a praça Júlio de Mesquita, eu como Subprefeito, quase um ano e dois meses para conseguir colocar, no entorno, aquela proteção. Precisamos dar uma olhada nisso.

Temos, aqui, como relatou o Pró Centro, mais de 2 mil edificações, com várias vocações. HIS é fundamental, mas as HMPs também, será que não temos de nos debruçar? Ou será que vamos, sempre, pensar em BRT, em ter de ficar colocando corredores para tentar unificar? Será que não conseguimos trazer as pessoas para cá? Por que outras cidades do mundo conseguiram e nós não conseguimos? Sempre sobre o manto e a desconfiança das incorporadoras, por que isso, gente? Vamos falar o que pensamos. Mas também vamos dar crédito àqueles que dão emprego também. Ninguém monta uma empresa para ter prejuízo. Então temos de sopesar isso. É minha modesta opinião.

---

E com relação - foi falado, aqui, em três oportunidades - à ação da Prefeitura sobre as barracas fixas. O que é retirado são as tendas. Precisa ter uma definição até do que se coloca: o que é fixo e não o que é provisório. Um iglu é dele.

Eu vi ontem até na Globo um senhor que eu sempre tinha uma visão interessante sobre ele. Hoje, já repenso. Quando falamos, inclusive, que a Prefeitura de São Paulo não tem o número de vagas suficiente para as pessoas em situação de rua. Usam, por vezes, o número de 32 mil com relação ao último censo; outros usam os 52 mil do CadÚnico, que também é uma fonte. Mas será que a fonte do CadÚnico utilizou a metodologia da pesquisa? Qual a metodologia foi utilizada? O Censo, a metodologia foi, inclusive, prevista no edital quando foi contratado.

Agora, a Prefeitura não tem as 52 mil vagas. Por óbvio que não. Ou será que o Sr. Prefeito contrataria 30 mil vagas e deixá-las ociosas? A medida, e o Sr. Prefeito já declarou isso - eu não tenho procuração para falar por ele, nem sou advogado dele -, mas eu também tenho de dar esse testemunho: ninguém pode contratar dez mil ou 15 mil vagas e deixar ocioso isso. Mas à medida que a demanda aparece, acontece o acolhimento. Por exemplo, nos hotéis sociais com os nossos idosos.

Os senhores não se deparam com idosos. Por quê? Porque eles foram acolhidos nos hotéis sociais. Nós já temos mais de 22 mil pessoas acolhidas. Se precisar de mais 5 mil, tem; se precisar de mais dez mil, tem; quem falou isso foi o Sr. Prefeito, numa entrevista, nessa semana, quando estive no parque Princesa Izabel. Então, por vezes, vamos restabelecer a verdade.

E o Centro de São Paulo, temos de ouvir todos os segmentos. Quando se fala de gentrificação, vamos olhar com muita atenção; quando se fala de especulação imobiliária, vamos ouvir com atenção. Mas vamos também dizer que precisamos tomar medidas, mas medidas urgentes. O PIU Central foi uma grande contribuição. Aliás, temos aqui a pessoa que relatou isso que foi o Vereador Rodrigo Goulart. Quantos avanços! O *Retrofit*. Não é possível que nós, sob o manto da preservação ou de outro argumento, deixemos essas estruturas se perderem.

Defendo um Centro vigoroso, com movimento. O Centro só terá força e vigor com movimento. Cabe a nós colocarmos os melhores remédios para que isso ocorra. Só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereador Coronel Salles.

Passo a palavra ao Vereador Sansão Pereira.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – Muito boa tarde a todos.

Falando em *retrofit*, no mês de março, a Prefeitura de São Paulo aprovou o primeiro projeto de *retrofit* do Programa Requalifica Centro. O Município autorizou que um prédio na Rua Aurora fosse transformado em um edifício com duas torres residenciais e um comércio no térreo. Atualmente, a área edificada, de 4.406 metros quadrados, em oito andares, receberá um acréscimo de mais de 2.199 metros quadrados à estrutura atual, totalizando 6.606 metros quadrados. Serão 13 pavimentos mais o térreo no local, contemplando ao todo 122 unidades residenciais.

Ainda falando sobre HIS, mencionado pelo nobre Colega Rodrigo Goulart, desde janeiro de 2021, a Prefeitura de São Paulo já entregou 5.962 unidades habitacionais. Neste momento, está sendo feita a construção de outras 15.533 unidades. Além disso, a Administração

Municipal já tem 28.849 unidades habitacionais contratadas para o início de construção, totalizando 50.344 unidades, entre as entregues, as que estão em obras e as que estão contratadas.

O Alex Barcelos, do mandato coletivo do Movimento Periférico mencionou as enchentes, e eu quero dizer que nunca choveu tanto em São Paulo como nessa época, 50% a mais do que era esperado, mas existe o Plano Diretor de Drenagem do Município pronto para ser colocado em prática, feito pela Defesa Civil juntamente com técnicos da USP e das Secretarias do Executivo. Eu ando pelas periferias e comunidades e inclusive já estive em bairros como Cidade Tiradentes, Jardim Vitória, Barro Branco, dentre outros. Especificamente quando eu estive no Jardim Vitória, eu fiz um ofício para o Prefeito solicitando a regularização fundiária. Também estive na obra – onde houve desabamentos e enchentes –, que está em andamento e o local já está sendo asfaltado.

Sobre a questão da zeladoria, nas muitas comunidades que nós visitamos, ao invés de obras grandes, as pessoas pedem, por exemplo, o desentupimento de córregos, pois apenas isso já resolveria o problema delas. Conversei sobre isso com o Prefeito Ricardo Nunes e sugeri à S.Exa. que enviasse emergencialmente um valor para as subprefeituras. Prontamente, ele aceitou a sugestão e disse que ia enviar o valor 460 milhões de reais como ajuda às 32 subprefeituras para a zeladoria, informação que foi confirmada pelo Coronel Camilo, Subprefeito da Sé.

Providências, portanto, estão sendo tomadas, e nós precisamos ser justos e entender que esse problema já vem de muitos anos para cá e que soluções foram apontadas em governos anteriores, mas, infelizmente, não foram realizadas. Se procurarmos defeitos e problemas, sempre vamos encontrar, mas devemos também verificar o que está sendo realizado e, nesse sentido, sermos justos.

Era isso, senhoras e senhores. Boa noite e muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Vereador Sansão Pereira.

Quero agradecer a todos a presença e, aos inscitos, as contribuições. Reiterando o

que foi dito pelos Srs. Vereadores, a nossa função é justamente ouvi-los, e o relator, Vereador Rodrigo Goulart, tem coletado informações em todas as audiências públicas a fim de elaborar o melhor relatório possível não apenas para modificar, mas para ampliar a lei enviada pelo Executivo e, assim, efetivamente atender as demandas da população e buscar o melhor para o crescimento da Cidade.

Mais uma vez, agradeço a presença aos subprefeitos e aos Srs. Vereadores Sansão Pereira, Silvia da Bancada Feminista, Rodrigo Goulart e Coronel Salles.

As próximas audiências públicas ocorrerão na terça e quinta-feira desta semana na Câmara Municipal de São Paulo e, no sábado, na zona Norte.

Uma ótima semana a todos.

Muito obrigado.

---